

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

Sexual violence during military dictatorship (1964-1985): women's narratives to Comissão Nacional da Verdade

Violencia sexual durante la dictadura militar (1964-1985): relatos de mujeres ante la Comissão Nacional da Verdade

Nicole Maria Pinto¹

ID [0009-0000-0663-9022](#)

Resumo: Este texto apresenta relatos de mulheres vítimas de violência sexual e da repressão do Estado durante a ditadura militar (1964-1985) coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). A partir da análise das transcrições desses relatos, não só foi possível constatar a especificidade da violência sexual empregada contra as mulheres, mas também identificar uma dificuldade ao relatar sobre o tema diante do caráter inarrável das sevícias experienciadas.

Palavras-chave: Mulheres. Brasil. Ditadura Militar. Violência Sexual. Comissão Nacional da Verdade.

Abstract: This text presents accounts of women who were victims of sexual violence and state repression during the military dictatorship (1964-1985) collected by Comissão Nacional da Verdade (CNV). Based on the analysis of the transcripts of these accounts, it was possible not only to confirm the specificity of sexual violence used against women, but also identify a difficulty in reporting on the subject given the unspeakable nature of the abuse experienced.

Keywords: Women. Brazil. Military Dictatorship. Sexual Violence. Comissão Nacional da Verdade.

Resumen: Este texto presenta relatos de mujeres víctimas de violencia sexual y represión estatal durante la dictadura militar (1964-1985) recopilados por la Comissão Nacional da Verdade (CNV). A partir del análisis de las transcripciones de estos informes, no sólo fue posible verificar la especificidad de la violencia sexual ejercida contra las mujeres, sino también identificar una dificultad para informar sobre el tema dada la naturaleza intratable de la situación vivida.

Palabras-clave: Mujeres. Brasil. Dictadura Militar. Violencia Sexual. Comissão Nacional da Verdade.

¹ Mestra em História pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Lattes: [4373139305236966](#) - E-mail: nicolebabugia@gmail.com.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

Introdução

Neste artigo serão apresentados os casos de tortura e violência sexual que estiveram presentes nos depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). No total foram selecionadas 116 transcrições de depoimentos de mulheres civis coletados entre os anos de 2012 e 2014. A CNV foi instituída pela Lei nº 12.528/2011 e tinha como o objetivo investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 até 1988. Para tanto, a Comissão Nacional da Verdade ouviu mais de mil pessoas, disponibilizando em seu site oficial parte das transcrições dos testemunhos coletados.²

Até meados dos anos 1990, a violência sexual era negligenciada pelos tribunais penais, vista como pertencente ao âmbito privado/pessoal e não como questão pública e/ou política, retirando da área pública a responsabilidade de lidar com esse tipo de violência. Diante disso, uma das consequências foi a naturalização da violência sexual que, juntamente com os sentimentos de culpa e vergonha, intensificam o silenciamento sobre a temática (Contreiras, 2015).

Os depoimentos que serão apresentados a seguir noticiam como o corpo feminino foi atingido pela violência sexual e violência de gênero quando se tornou alvo de tortura. As narrativas dessas mulheres também tornam explícita a dificuldade em expressar o sofrimento experienciado enquanto vítimas da violência sexual, não só por conta do sentimento de culpa e de vergonha que poderiam surgir, mas também pela forma direta como os relatos foram solicitados pelas entrevistadoras da CNV. Isso não descarta o sofrimento e dificuldade de homens vítimas de tal sevícia, mas se trata de um recorte realizado para este trabalho.

Para expor as transcrições das depoentes o artigo foi subdividido em duas sessões. Na primeira parte, o foco será entender o caráter inarrável que envolve a violência sexual presente nos depoimentos, denunciar os sofrimentos experienciados e evidenciar o peso do gênero na tortura. O tópico seguinte apresentará os números que foram possíveis de serem contabilizados, referentes aos diferentes tipos de violência presentes dentro da categoria de violência sexual. Optou-se por divulgar esses dados devido à ausência, no Relatório Final da CNV, de dados estatísticos relativos aos depoimentos coletados.

² Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 24 fev. 2025.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

As depoentes e a violência sexual: o corpo outro e o inarrável

Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade divulgou o seu Relatório Final em 3 volumes. Nele a CNV destacou como o gênero era um elemento que se interligava às torturas físicas realizadas pelos agentes do Estado, implicando em uma tortura diferenciada conforme os padrões de gênero estabelecidos.

Com relação aos homens, a CNV concluiu por uma tentativa de “feminização” através das torturas, no intuito de torná-los inferiores por meio de sua emasculação (Brasil, 2014, p. 403). Em relação às mulheres, a Comissão Nacional da Verdade apresentou em seu relatório indicações, por meio de recortes das transcrições de depoimentos coletadas, evidenciando que a violência sexual e a utilização de estereótipos/expectativas de gênero durante as torturas, faziam parte da estratégia dos perpetradores quando recorriam, por exemplo, à maternidade, com ameaças às/aos filhas/os das depoentes (Brasil, 2014).

Cabe destacar que essas torturas eram infligidas não só contra militantes políticas, que foram presas e torturadas devido ao seu comprometimento político de desafiar o regime vigente se vinculando às organizações de esquerda, mas também contra mulheres envolvidas por conta de suas relações afetivas, definidas nesta pesquisa enquanto militantes do afeto.³ Do total de transcrições analisadas, 81 depoentes foram consideradas militantes políticas, 30 foram enquadradas como militantes do afeto e 5 não estavam vinculadas em nenhuma organização e/ou não possuíam ligação com a resistência por meio de seus afetos. As duas categorias desempenhavam ações de resistência à ditadura militar e sofreram com a violência da repressão, quer seja por estarem envolvidas com pessoas relacionadas quer seja por serem consideradas putas comunistas e desviantes do padrão pela repressão (Colling, 1997).

O reconhecimento pela CNV de que a tortura se baseou em padrões construídos para o feminino e masculino, não foi algo percebido desde a divulgação de relatos de sobreviventes. Em texto do ano de 2009, Mariana Joffily chamou a atenção para o debate no meio acadêmico sobre o uso do gênero na tortura, que remetia a duas interpretações: uma que ressaltava o igualitarismo da função repressiva; outra identificava que a repressão política teve gênero. Diante dessas duas interpretações a autora concluiu que o sentido do

³ Essa categoria de baseou na definição do conceito de lógica do afeto da autora Elizabeth Jelin (1994), que cunhou o termo para definir por qual lógica mulheres sem vínculos com organizações políticas adentravam na luta em resistência contra ditadura no Cone Sul, como o movimento das Mães da Praça de Maio na Argentina. Mesmo tendo origem nos seus afetos, suas ações não deixam de ser políticas.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

igualitarismo estaria presente apenas quando se afirmava que tanto homens como mulheres foram alvos da repressão, não na igualdade das formas de violência utilizadas (Joffily, 2009, p. 79).

Ainda conforme Joffily (2009, p. 84), o grau de periculosidade seguido pelo Estado “[...] não era medido pela força física do adversário, mas pela sua capacidade de minar as bases sociais do governo autoritário”. Novamente aqui é ressaltado o igualitarismo, empregado no sentido de que qualquer pessoa poderia ser capaz de atingir o governo estabelecido. Contudo, os governos autoritários no Cone Sul mantinham sistemas de gênero extremamente hierarquizados e se pautavam por modelo que subordinava mulheres aos homens, hierarquia que também estava presente na tortura (Joffily, 2009).

Na sociedade foram reforçados os valores mais conservadores da família e do papel social feminino, e no âmbito da repressão essas expectativas foram utilizadas na tortura e no contato com agentes. Em situações de crise, como em guerras e ditaduras, se desenvolve o fenômeno da ruptura dos padrões de gênero; porém, diferente do cenário das guerras mundiais, nas ditaduras a conjuntura desfavoreceu as mulheres em todos os sentidos:

[...] a ruptura dos padrões deu-se de maneira extremamente adversa às mulheres: através da quebra das imunidades que sua condição de gênero supostamente lhes atribuía e, ao mesmo tempo, da potencialização da desigualdade de gênero em vigor na sociedade (Jofilly, 2009, p. 87).

Diante disso, o fato de que quase todos os torturadores eram homens se encontrando no topo da hierarquia de gênero, as interações entre eles e as vítimas se davam conforme a imposição de gênero para cada corpo. Conforme Susel Oliveira da Rosa (2009), para que o torturador se imponha durante a tortura ele precisa negar radicalmente o/a torturado/a enquanto ser humano, e para isso não existem muitas maneiras, a forma mais visível de negação do outro enquanto pessoa é provocar a sua morte, mas com o corpo da mulher torturada existe uma diferença, além de ser lócus da maternidade “[...] o corpo feminino [é] como o outro desconhecido suscitando sentimentos de prazer e ódio simultâneos” (Rosa, 2009, p. 15).

Nesse contato com o outro desconhecido, mas que tem o corpo marcado por expectativas de gênero como a maternidade e a sexualidade, o dominador que detém o poder no topo da hierarquia se impõe sobre a dominada recorrendo à violência de gênero e violência sexual. Assim, “[...] o prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse

caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com indivíduo do sexo oposto” (Soihet, 2010, p. 234).

Nesse sentido, a violência sexual empregada contra as mulheres não era apenas outra forma de tortura para intensificar a dor, quando essa violência era utilizada existia a divisão de poder conforme o local ocupado dentro da hierarquia de gênero, que era intensificada pelo prazer sexual gerado a partir do abuso do corpo feminino. Isso não significa que o torturador não sentiria prazer ao torturar sexualmente homens, existem relatos de militantes que denunciam a ocorrência de situações em que os agentes tinham visível prazer sexual ao torturar homens (Elmir, 2011).

Para a análise dos relatos das vítimas, o conceito de violência sexual seguirá a mesma definição apresentada pela Comissão Nacional da Verdade, que, por sua vez, está em conformidade com a indicação da Organização Mundial da Saúde (OMS):

[...] quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar um ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidos, atos para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, sem estar limitados, a residência e o trabalho. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obriga outra pessoa à prática sexual ou sexualizada contra a sua vontade, por meio da força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, indução da vontade, sedução) ou do uso de armas e drogas (Brasil, 2014, p. 418).

A partir dessa definição mais geral, a CNV define o que corresponderia à violação sexual, definida enquanto qualquer penetração não consentida, seja por objetos ou partes do corpo, sendo o estupro uma das formas possíveis de violação (Brasil, 2014, p. 418). A violência sexual é uma violência física que agride a integridade física, emocional e psicológica de uma pessoa, se configurando como tortura. Isto é assegurado já na primeira frase do capítulo 10 da CNV, “A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura” (Brasil, 2014, p. 400).

Um ponto importante a ser destacado é que não coube à Comissão Nacional da Verdade o pioneirismo das denúncias das graves violações de direitos humanos durante o período. Os testemunhos, relatos e denúncias da repressão instituída pelo Estado durante a ditadura militar já estavam presentes em diferentes meios antes da divulgação do Relatório Final da CNV, como por exemplo, no meio cinematográfico algumas produções que apresentam relatos de mulheres são *Que Bom Te Ver Viva* (1989) e *Paredes Pintadas* (2010).

Inclusive, o número de pessoas ouvidas pela Comissão, por volta de mil, foi avaliado como pequeno considerando o orçamento e tempo (32 meses) disponíveis, além disso as pessoas entrevistadas se concentravam mais na região sudeste e se tratava de histórias mais conhecidas (Assumpção, 2015).

A seguir serão apresentadas as mulheres que testemunharam para a CNV. A maioria dessas mulheres pertenciam a diferentes organizações armadas, mas uma parte delas se relacionaram com ações de resistência por meio de suas relações afetivas, como mães, filhas, companheiras e esposas. A primeira a ser apresentada é a depoente Derly dos Santos Marluce, que se viu envolvida em razão de sua relação com seu companheiro.

Derly conheceu José Luís Moreira Brun, militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), em 1970. A princípio, a depoente desconhecia a militância do companheiro e achava algumas atitudes dele estranhas, como por exemplo ele pedia carona para andar por poucos quarteirões: “[...] só depois que eu fui descobrir que eram os pontos que ele estava cobrindo, mas que eu não tinha consciência e nem ele me falava” (Marluce, 2014, p. 3).

Derly já sabia que reuniões eram realizadas em sua casa, mas só soube o nome da organização em que o Zé Luís militava quando ambos foram presos no ano de 1972, sendo que no momento de sua prisão Derly sofreu uma violação sexual:

Aí me deu uma diarreia, eu queria ir no banheiro, comecei com dor de barriga, porque eles me jogavam na cama, puxavam da cama, mas não era uma tortura... era uma tortura psicológica, né? E aí foi muito desagradável, porque aí eu fui no banheiro e eles entraram no banheiro, porque primeiro falaram que tinha que deixar a porta aberta. Mas aí entraram, passaram a mão...quer dizer, não aconteceu nada de tão grave, mas para mim era como se eu estivesse sendo...

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Violada (Marluce, 2014, p. 6).

Aqui é possível identificar o quanto a violação é inferiorizada através do uso da expressão “nada de tão grave”, que passa a impressão de que o acontecimento quase não poderia ser considerado uma violência. Contudo, ao mesmo tempo é possível sentir a intensidade da dor da depoente no fim da frase, “como se estivesse sendo...”, que é completada pela interlocutora: “violada”.

Como exemplifica o caso de Derly, no decorrer da leitura dos depoimentos foi possível identificar que as militantes vítimas de violência sexual apresentavam dificuldade de



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

se apresentar enquanto vítimas na sua narrativa, apesar de expressarem sentimentos de invasão e sofrimento. Essa situação já foi apontada pela CNV no seu Relatório Final:

Maria Dalva Leite Castro de Bonet foi submetida ao mesmo suplício, no DOI-CODI do Rio de Janeiro: “Eu fui estuprada, como todas as outras. Não posso dizer que não fui, porque fui”.

Filha e irmã de militantes políticos, Ieda Akselrud de Seixas **também demorou a reconhecer** a violência sexual sofrida [...] (Brasil, 2014, p. 418, *grifo nosso*).

Possivelmente, essa tendência remeteria à dificuldade de expressar a ocorrência da violência sexual na narração requisitada. Segundo Alistair Thomson (1997, p. 57), nossas reminiscências variam conforme as alterações sofridas por nossa identidade pessoal, que também é construída mediante o processo de contar histórias para si e/ou para outras pessoas. Isso leva o autor a pensar sobre a “[...] necessidade [que temos] de compor um passado com o qual possamos conviver.” Diante de passagens dolorosas da nossa vida, segundo Thomson (1997, p. 58), se efetua uma tentativa de administrá-las para manter certa coerência entre “[...] as passagens não resolvidas, arriscadas e dolorosas de nosso passado e nossa vida presente”.

Investigando sobre como as depoentes se encaixam nessa constatação, uma hipótese possível seria que diante de uma violência sexual extremamente dolorosa vivenciada no passado, reconhecer a sevícia sofrida no presente implica também se reconhecer e apresentar para si e para outras pessoas como vítima de uma violência sexual. O que pode dificultar esse processo é especificidade da violência sexual que, segundo Janaína Athaydes Contreiras (2015), está relacionada com a ligação entre a sexualidade e identidade. A identidade se constrói ao redor do corpo sexuado, não apenas se remetendo ao biológico do corpo físico, mas também à construção cultural, social e histórica que o envolve: “Esta identidade associativa ao corpo sexuado, quando exposto, torna-se o ponto frágil, a parte mais vulnerável na destruição do outro” (Contreiras, 2015, p. 32).

Narrar se colocando como alguém vítima de uma violência que afeta o âmago da identidade humana, não é fácil. Reconhecer diante de outras pessoas que você foi atingida em uma das bases da sua identidade também não o é. O sentimento que pode gerar, segundo Contreiras (2018), é a vergonha ou mesmo a culpa quando a pessoa se responsabiliza pelo ocorrido. Diante disso, diminuir a violência poderia ser uma das formas de administrar essa experiência de forma a não comprometer a construção da sua identidade no momento presente, devido aos traumas decorrentes dela.

Ainda que tenha ocorrido denúncias em diferentes meios, o Estado brasileiro só veio a reconhecer as violências perpetradas pelos seus agentes no final década de 90, por meio da Lei nº 9.140/1995 que tornou pública a responsabilidade do Estado pela morte de 136 pessoas durante a ditadura militar (Brasil, 2014, p. 25). Somando-se ao reconhecimento tardio das violências utilizadas pelos agentes, a violência sexual ficou restrita ao âmbito privado também até a década de 1990, quando passou a se tornar da competência pública (Contreiras, 2015).

Esses pontos podem ter contribuído para dificultar o “reconhecimento” por parte das depoentes; porém, por mais que não falassem sobre a condição experienciada isso não significa que o sofrimento não tenha existido. Pelo contrário, é a dificuldade de colocar em palavras que demonstra o rastro doloroso que permanece da sevícia.

Ana de Miranda Batista também apresentou essa dificuldade. Militante de diferentes organizações incluindo o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e posteriormente a Ação Libertadora Nacional (ALN), Ana foi presa quatro vezes, mas a detenção que mais foi intensa em relação à violência ocorreu em 1970, sendo utilizados choques, pau de arara e a violação com um cassetete:

Aí me levaram para o primeiro distrito e lá no primeiro distrito eu sofri violência, tortura, e fui estuprada com o cassetete, e o delegado era esse Antônio Vilela, que depois foi premiado, foi trabalhar na OBAN, ganhando mais. E aí me levaram para o DOPS até essa altura eu estava muito bem, porque eu estava passando o tempo, e até eles me reconhecerem ia demorar e eu tinha ponto um encontro de novo, com a Ana Maria, o Clemente e depois o Basílio para voltar para a casa, só. Eram estes os meus pontos, mais nada, todos os três procuradíssimos. E eu estava assim bem, aquilo ali estuprar com o cassetete. Durante muito tempo, eu nem lembrei disso. Eu estava ali muito forte naquele momento, forte ideologicamente (Batista, 2014, p. 25).

Além do caráter inarrável da tortura, identificado principalmente no tocante ao aviltamento sexual, deve-se levar em conta o ambiente de militância em que Ana estava vivendo. Quando a depoente expressa que estava forte ideologicamente, essa atitude pode remeter às orientações das organizações, de que se deveria suportar a tortura ao máximo para não “abrir” informações.

A diferença de gênero na tortura foi percebida como um resultado de debates e pesquisas, mas não como um fato dado, isso é importante porque ajuda a entender falas como as de Ana que, naquele momento, minimizou a violência sexual em face do discurso ideológico de suportar todos os tipos de violência: “Durante muito tempo, eu nem lembrei

disso. Eu estava ali muito forte naquele momento, forte ideologicamente.” Ela não foi a única a recorrer às constatações feitas no meio militante, Ieda Akselrud Seixas que se preparava para adentrar na militância quando foi presa, sofreu violação sexual e indicou: ““Esquece isso”, porque aquilo não tinha importância, quem era eu? Porque que importância tinha aquilo se não sei quem tinha ido pro pau de arara, não sei quem pra cadeira do dragão” (Seixas, 2014, p. 10).

A ausência de debates sobre o uso do gênero na tortura fica mais evidente no texto da ex-militante Albertina de Oliveira Costa (2010). Costa faz referência à igualdade na tortura de homens e mulheres, inclusive indicando que a mulher poderia abrandar a tortura se esta recorresse à posição enquanto um ser à parte do mundo público (o que nem sempre as livrava das torturas).⁴ Também, a autora indica que o uso da violência sexual era um mecanismo extra para promover dor e humilhação tanto para homens como para mulheres.

Para Costa, a tortura conjunta efetuava-se com maior frequência em mulheres por conta da possibilidade de que os homens estariam constantemente em posição de liderança, portanto tenderiam a ser mais pressionados. Tais interpretações não levam em conta que em momentos de disputas e guerras os corpos das mulheres seriam apropriados como territórios de disputa, violentados como forma de atingir indiretamente os homens (Contreiras, 2018), nem mesmo a potencialização do gozo dos torturadores, a grande maioria homens, em face do corpo estranho feminino, ponto que será abordado mais à frente.

Retomando a narrativa de Ana de Miranda Batista, depois de solta, ao ser solicitada a comparecer para uma conversa com um general, evitou abordar sobre a ocorrência da violência sexual:

E pediu para a mamãe sair. Aí a mamãe ficou preocupada. Eu falei: ‘Não, mamãe, o general do 1º Exército não fazer nada comigo, né?’ Tudo bem, tudo bem. Aí a mamãe saiu preocupada. O que ele queria? Ele queria saber se eu tinha sofrido violência sexual, abuso sexual. [...] Eu acho que eu disse que não, até porque há poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido. Porque eu achava que violência sexual era assim estupro direto, violência direta, o cara enfiando o pênis dentro de você. Se não for isso, então, eu não sofri. Tem tanta gente que sofreu, né? Tem companheiras que foram tão violentadas. Então, eu não sofri. [...] Eu não me lembro o que eu respondi, mas primeiramente eu respondi que não. Que eu fui torturada de várias formas, mas que violência sexual não. Ele me olhou assim. ‘Então pronto, era isso.’ É por isso que eu não lembro, sei lá... Ou se ele quis me mostrar que sabia

⁴ Dentre as militantes do afeto, que não eram vinculadas às organizações, foi possível constatar a recorrência de prisões, exílios, torturas, estupros, choques, etc. Além deles, podem ser levados em conta outras mulheres, como mães e irmãs, citadas indiretamente nos depoimentos, que também sofreram com a violência da repressão.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

onde eu estava, sabia onde eu andava, sabia o que eu fazia. Não me pareceu. Ele foi muito afável. Devia ser por moralismo mesmo, porque eu não fui a única com quem aconteceu isso. Dentro da mais perfeita moralidade (Batista, 2014, p. 7).

Analizando algumas dessas falas que reiteravam a negativa em relação ao estupro, Silvia Regina Nunes (2017), em grupo de pesquisa na área de letras, identificou que as mulheres responderam às perguntas objetivas feitas pelos/as membros/as da CNV através de um enunciado dividido e oposto, baseado nas dicotomias de sim x não e verdadeiro x falso. Para a autora, é exatamente nessa negativa enfática que se encontra a impossibilidade de narrar a violência sexual, “[...] vemos constituída uma posição de sujeito que oscila e nega a violência sexual sofrida, mostrando o impossível - insuportável de se dizer em relação a prática da rememoração que é solicitada pela CNV” (Nunes, 2017, p. 11). Mais do que negar ou não, é na ausência de palavras para descrever os sofrimentos sentidos, na tentativa de administrar a experiência, que ressalta o caráter inarrável da situação.

Além disso, quando Ana conversa com o delegado talvez tenha levado em conta a situação na qual se encontrava. Qual seria a verdadeira intenção do general? Ele realmente queria saber sobre esse tema em específico? Afinal, ela havia sido presa e torturada, desconfiar de um possível membro da repressão seria uma atitude natural. Contudo, é possível perceber que a interpretação da condição específica feminina foi realizada em um momento posterior, por isso a depoente narrando no presente, em meio às novas discussões proporcionadas pelos debates em torno da tortura e especialidade de gênero, talvez tenha se permitido se colocar enquanto vítima de violência sexual somente na atualidade e não naquela época.

Algumas fizeram questão de denunciar o sofrimento e a invasão que caracteriza a violência sexual, ressaltando a gravidade desses acontecimentos, como foi o caso de Maria Aparecida Serpião Teixeira. Militante da Ação Popular (AP) e depois do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Maria nunca tinha relatado até então, um motivo para o silêncio, conforme a depoente, seria poupar a família: “Foi uma opção, na hora em que eu saí do DOPS, olhei minha mãe, meu pai e falei: ‘Não, eles não merecem saber disso’” (Teixeira, 2014, p. 2).

Talvez por ter escolhido ficar em silêncio todo esse tempo, ela, partindo de sua própria iniciativa, denunciou de forma expressiva as violências experienciadas já nas primeiras páginas de seu depoimento:

Depois dessa recepção então vem a violência maior, a violência maior ela tenta exatamente atingir a situação de mulher. Então a primeira coisa, aquele bando de marginal, aquele bando de homens extremamente corrompidos pela tortura eles vão deixar você totalmente nua, porque tudo vai ser com você nua. Totalmente. Isso aí é uma extraordinária violência contra a mulher e contra o corpo dela, o direito dela enquanto pessoa, enquanto mulher. Essa situação eles quebram, eles procuram quebrar a dignidade da mulher. E quando você fala a questão da família, eles vão trazer daí o Sérgio que era o meu namorado, tentando quebrar também a alma, porque daí já era a alma do homem, digamos assim, diante da violência da mulher. Pressionando, no caso, os dois. Durante esse período da nudez, como que o corpo era tratado? Era tratado como objeto de prazer, como objeto de brincadeira, como manipulação, ele é violentamente maltratado enquanto corpo. E isso na frente da pessoa que você ama, a pessoa com quem você gosta que também acho que quebra também o homem. Quebrar a mulher mas também nessa situação machuca também muito o homem (Teixeira, 2014, p. 3).

Somente neste trecho são verificados elementos que ao longo da tortura tinham como base o gênero e violência sexual. Ao narrar sobre a nudez forçada, presente para homens e mulheres detidas/os, Maria descreveu a diferença existente entre ser um corpo feminino forçado à nudez e ser um corpo masculino. Diante de um grupo de homens que não só pertencem ao topo da hierarquia de gênero como detém o poder de forma dupla, enquanto homens e agentes do Estado, o corpo feminino se torna um corpo outro (Rosa, 2009). A nudez é considerada parte da violência sexual segundo a definição da OMS, mas Maria a expressa como “violência contra a mulher”. Apesar disso, a depoente não qualifica a nudez apenas como tortura física, ela consegue expressar a sua especialidade mesmo que por outro nome.

Ademais, quando Maria fala sobre a “questão da família” ou “quebrar a alma”, também está se remetendo à tortura com base na violência de gênero. Conforme Contreiras (2018), se a sexualidade é parte constituinte da identidade das pessoas enquanto sujeitos, não apenas ultrapassando o aspecto biológico como também ela se constrói e reconstrói durante toda a vida, aspectos do gênero podem compor a sexualidade e, por conseguinte, a identidade. Nesse sentido, quando Maria fala sobre “quebrar a alma”, referindo-se tanto ao seu namorado como a si mesma, pode ser um sinal de ataque direto à identidade que construíram para si com base no gênero. Nesse caso em específico, a violência quebrou a construção do homem



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

enquanto protetor da mulher que se encontra impotente e impedido de protegê-la quando a vê torturada na sua frente.

Em relação ao sentimento da própria Maria ao ser torturada na frente de seu companheiro, um ponto que chama a atenção é a sua preocupação não consigo mesma, mas com a dor do parceiro. Em meio às violências física e sexual que ela estava vivenciando, Maria expressa uma preocupação com o sofrimento do seu parceiro, que novamente se relaciona com a quebra da identidade baseada no gênero, de que o homem deveria proteger a mulher. Talvez isso remeta à diferença entre as formas de recordar de homens e de mulheres, no qual os homens recordariam por meio de uma lógica racional e política, e as mulheres apresentariam lembranças com mais detalhes, sentimentos e ligadas aos seus vínculos afetivos (Jelin, 2011, p. 563-564).

Segundo Contreiras (2015, p. 32), a violência empregada contra mulheres em situações de guerra e repressão constroem o corpo feminino como um campo de batalha. Nesse caso, a violação das mulheres tem como objetivo transmitir uma mensagem para o homem, na tentativa de culpá-lo por não conseguir proteger as “suas” mulheres, também se caracterizando como uma violência com base no gênero. Além da dor física e da dor emocional de ver um ente querido ser violentado na sua frente, Maria identifica que a disputa pelo corpo da mulher estava presente e ela, enquanto objeto deste conflito, reconhece isso:

Bem, não satisfeito com essa antessala, daí eu vou para o Pau-de-arara. Também na presença do Sérgio e no Pau-de-arara a questão é muito violenta. É extremamente violenta, porque é manipulação genital. Correto. Então, é um sadismo, também. Naquele momento você tem a impressão de que eles já perderam o que eles querem, porque eles queriam informação. Eles já estão com outros objetivos, e é o Estado fazendo isso contra você (Teixeira, 2014, p. 3-4).

São outros objetivos. É provável que esses outros “objetivos”, além de quebrar a identidade do homem como protetor, também envolviam o abuso sexual enquanto prazer diante do corpo feminino, ao mesmo tempo que manifestavam o poder que tinham através do controle da pessoa presa.

Como expressou Mariana Joffily (2010, p. 124), há uma diferença entre violência sexual e abuso sexual, sendo as mulheres mais frequentemente vítimas de abuso sexual. Ela define que o “abuso” vai além da violência sexual, ocorrendo quando se “[...] tem uma conotação de prazer do agente repressivo no contato com a vítima”. Joffily analisa dois exemplos: um relato de violência sexual contra um homem e de abuso sexual contra uma

mulher. No primeiro, a violência sexual seria empregada como uma banalização combinada com outras torturas, já na mulher Joffilly identifica um cenário de jogo de gênero, como uma cena de um macho selecionando uma fêmea (Jofilly, 2010, p. 124).

Retornando à exposição de Maria Aparecida, a depoente pode ter apresentado a diferença entre se utilizar da violência sexual enquanto abuso sexual, pois ela adquiriu outra conotação sem ser apenas a de humilhar a vítima, transformou o corpo feminino em um campo de batalha em que um “macho” ficava impedido de entrar na disputa. Em especial, Maria exprimiu o quanto violento foi a violação sexual cometida:

E são, eram, é uma verdadeira cena de um estupro não realizado. Porque na verdade não é que eles estupravam, eles punham um mexendo no seu seio, outro no seu ânus, outro em sua vagina, outro com isso, quer dizer, então era um estupro. Era um estupro, é um estupro.

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – É uma violência sexual tão violenta quanto a...

Maria Aparecida Serapião Teixeira – Mas é também porque é múltipla. É múltipla.
Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Se é que dá para medir esse tipo de violência.

Maria Aparecida Serapião Teixeira – Se é que dá para medir, exatamente. Não é... Então é muito violento e seguia evidentemente de choques em todas essas... Era choque no seio, choque na vagina, choque no ânus. E acompanhado de palavras de total desmerecimento da mulher. Essa cena para mim foi muito violenta, muito séria (Teixeira, 2014, p. 4).

A comparação entre a violação sexual e o estupro pode ser uma tentativa de denunciar o quanto ela também afeta a pessoa no âmago, ajudando a descrever o sentimento de invasão e impotência que despontaram. Além disso, segundo Contreiras (2018), devido à mudança do Código Penal brasileiro em 2009, a introdução das mãos na vagina foi qualificada como estupro, configurando a violência sofrida por Maria como estupro segundo as mudanças estabelecidas. Contreiras chama atenção, analisando os relatos coletados pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero da CNV⁵ que a alteração do código penal auxiliaria algumas das depoentes a construir uma nova percepção das violências sexuais sofridas.

Mais do que caracterizar a violação sexual como um estupro, a mudança da legislação poderia contribuir para identificar, dar voz e legitimidade para o sofrimento e a dor dessas militantes. Conforme Thomson (1997), as experiências pessoais não se encaixam completamente nas imagens e linguagens disponíveis, sempre existe uma tensão que transparece através de um desconforto presente na comparação ou na avaliação. As

⁵ A Comissão Nacional da Verdade criou 13 Grupos de Trabalho para investigar sobre temas específicos.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

reminiscências tendem a se ajustar ao que é normalmente aceito, recorrendo assim à esfera pública.

É possível que discussões recentes, como a revisão do Código Penal, possam ter contribuído para uma nova interpretação do passado pelas mulheres, auxiliando-as a denunciarem as dores por elas vivenciadas de forma direta e não guardar os sofrimentos em si mesmas. Porém, cabe destacar que a alteração do Código Penal se deu em um momento muito posterior às violências pelas quais essas mulheres passaram, o que pode ter influenciado algumas delas a não sentirem tanto amparo e liberdade para tratar sobre esse assunto.

Ainda dentro da temática de violência sexual e violação, estão presentes os sentimentos de invasão e violação que os choques nas partes íntimas geraram nas depoentes e que algumas fizeram questão de ressaltar, como expõe Darci Toshiko Miyaki, militante da ALN, presa em 1972:

Então de repente eles me tiram, me mandaram tirar a roupa toda, de repente eles te introduzem aquela mão imunda, sabe? E estava suja mesmo! Porque estava suja com o meu sangue...estava suja com minha urina, minhas fezes, com a sujeira deles. Então eles te enfiam aqueles dedos com...para te dar choque com aqueles fios, sabe? Então é uma violência assim...é muito grande, é terrível, sabe? Talvez eles usem isso, até como uma forma de...de nos...de desestruturar as mulheres! É até um fato interessante...bom, depois eu falo sobre isso, vai! (Miyaki, 2013, p. 17).

A manipulação da região para a introdução dos choques é descrita por Darci como algo vil e de extrema invasão, descrições que associam esse tipo de violência sexual com a tortura. Darci, a partir de sua fala, descreveu qual é a sensação de um corpo feminino diante de outros que lhe são estranhos, e que além de atingirem esse corpo estranho, o seu outro, podem suscitar sentimentos simultâneos de prazer e ódio (Rosa, 2009).

Já Regina Elza Solitrenick apresenta a dicotomia do sim x não ao mencionar a violência sexual. Militante da ALN, foi presa saindo de um táxi por sujeitos vestidos de civis. Regina também era médica e se valia da profissão para conseguir abrigo para militantes na Clínica de Repouso Borda do Campo, uma clínica psiquiátrica. No momento de sua prisão, o taxista denunciou o evento como sequestro, o que ajudou a tornar a sua detenção legal, mas não a poupar das sevícias: “Eu não fui estuprada. Eu levei choque em todo lugar onde você pode imaginar, mas eu não fui estuprada. Seria mentira se eu falasse, eu não fui” (Solitrenick, 2014, p. 9).

Um ponto que chama a atenção no relato, é a tentativa de administrar a narrativa para ao mesmo tempo exprimir a sua dor em palavras, mas não diminuir outras experiências de violência sexual, como o estupro. Mais para frente, devido às perguntas mais objetivas feitas pela CNV, Regina confirmou a ocorrência de choques nos seios e na vagina, o que, juntamente com a nudez forçada, confere o caráter sexual à violência:

A Sra. (Comissão Nacional da Verdade) - E na vagina, seio?

A Sra. Regina Elza Solitrenick – Sim, mas eu não fui estuporada. A grande carga disso foi nas primeiras 48 horas, depois não sei se foi o tio da Ivete, o que foi, mas eu fiquei trancada na solitária e só me tiravam para depor e tinha dia que nem me tirava (Solitrenick, 2014, p. 11).

Em um primeiro momento para quem lê, a comparação com o estupro ao invés de reforçar o caráter invasivo dos choques parece ser empregue como um desqualificador da violência sofrida, na medida em que o estupro é qualificado como a pior e mais grave violência sexual. Talvez isso ocorra pela limitação da violência sexual ao mundo privado e pela mudança recente na legislação, elementos que podem ser reforçados quando a depoente confunde a palavra “estuprada” por “estuporada”. Essa confusão pode ser um sinal de desconhecimento sobre o tema, mas também pode ser um erro de transcrição ou ainda demonstrar o desconforto de ter que responder à pergunta direta da entrevistadora.

Porém, mais do que afirmar ou não a ocorrência da violência sexual em palavras diretas, é possível identificar pelos sentimentos descritos nos depoimentos, cortes na fala e comparações, a intensidade das dores sentidas por essas mulheres e o desconforto ao abordar a temática da forma como foi requisitava pelas entrevistadoras da CNV.

Maria Amélia de Almeida Teles, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e uma figura muito conhecida por sua militância nos movimentos de familiares de vítimas e no movimento feminista, optou por não depor na Comissão Nacional da Verdade (Contreiras, 2018). Amelinha, como é conhecida, considerou que as perguntas objetivas requisitadas pela CNV, que foram baseadas em questionários da ONU para tipificar a violência sexual, eram ofensivas e não contribuíam para uma escuta respeitosa das depoentes. Em suas palavras:

[...] em relação à Mulher, Verdade e Gênero, francamente eu não vi esse trabalho acontecer, porque começaram com aquele formulário, que era absurdo. Você chegar na mulher e perguntar se ela foi estuprada, se foi no ânus, se foi duas vezes; o que é aquilo, gente? Eles pegam um formulário da ONU, que não sei nem porque fez aquilo, você não vai conversar com a mulher. Quem fez essa comissão não se deu conta do contexto histórico e político da nossa sociedade. Primeiro você tem que

ouvir muito para depois propor um formulário, se é o caso. Chegar para as mulheres aquilo e perguntar aquilo foi absurdo. Eu nunca responderia aquilo (Contreiras, 2018, p. 211-212).

Amelinha levanta um ponto importante para entender a forma de narrar das depoentes, principalmente em relação ao uso da dicotomia quando se trata do tema da violência sexual. Será que a negação ou afirmação da violência sexual identificada por Nunes (2017) não seria resultado do desconforto causado pelas perguntas incisivas e diretas baseadas nesses questionários? Esse questionamento é reforçado quando se leva em conta que as perguntas diretas colocavam essas mulheres contra a parede diante de situações que talvez elas nem sequer tivessem espaço para trabalhar com essa memória.

Partindo desse questionamento sobre o possível desconforto causado pelas perguntas diretas, algumas mulheres que levaram choques, como foram os casos de Ana Maria Ramos Estêvão e Maria Aparecida Costa, apresentaram essa oposição identificada por Nunes (2017) quando questionadas. Ana Maria Ramos Estêvão, militante da ALN e presa 3 vezes, detalha as violências após a pergunta realizada pela entrevistadora:

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então, vai ser um pouco mais específico. Tem as perguntas e, em alguns casos, as indicações certas. A gente já está supondo que você sofreu violência sexual ou algum tipo de violência, nessa sua primeira prisão, nos quinze dias em que você foi torturada.

Ana Maria Ramos Estêvão – O que vocês estão falando como violência social: estupro, esse tipo de coisa?

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Não necessariamente: qualquer tipo de violência oral, vaginal, anal, introdução de objetos ou animais, manipulação e golpes nos seios, choques elétricos nas genitais, mutilação de órgãos sexuais, sexo oral, constrangimentos, maus-tratos verbais ou xingamentos com algum tipo de conotação sexual, desnudamento forçado, ameaça de violência, que é um tipo de violência psicológica muito forte, golpes ou outras práticas que afetam a capacidade reprodutiva, prostituição, escravidão, casamento e outras que você talvez especificar.

Ana Maria Ramos Estêvão – Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que eles iam me estuprar com arma. Mas não chegaram cumprir, não. E quando me penduraram, me ameaçaram também de estupro, mas não chegaram a cumprir, não. Quando me penduraram, me ameaçaram também de estupramento, mas não se concretizou. E desnudamento forçado.

Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Choques?

Ana Maria Ramos Estêvão – Choques (Estêvão, 2014, p. 44).

Mais do que definir sua experiência a partir de perguntas realizadas pelas entrevistadoras, que poderiam gerar desconforto, se pode ressaltar o vocabulário utilizado em “estupramento” e “violência social”. Nunes (2017) entende que quando a militante utiliza a expressão “violência social” pode ser um erro da transcrição, por outro lado também pode ser

uma indicação de desconhecimento sobre a definição de violência sexual por parte da depoente. Assim como, se utilizar da palavra “estupramento” para descrever a violação sexual, também pode ser outro sinal de falta de contato com o tema, já que somente recentemente ele adentrou na competência da esfera pública.

Apesar de elas não responderem de forma direta as entrevistadoras, isso não significa que não tenham sentido as violências de forma intensa e destruidora. A narrativa de Maria Aparecida Costa, militante da ALN, apresentou por exemplo elementos que a distanciam do local de sujeito que vivenciou as violências, como a fala na terceira pessoa:

[...] pelo fato, inclusive, de ser mulher, a questão de ser mulher, aí vocês estão falando da questão de gêneros, o simples fato, eu acho que você, você está no meio de homens, só homens, não? Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior, eu não sei se pela questão de achar que uma mulher estar fazendo isso, que uma moça está fazendo isso e é uma forma também, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Então, inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca, é a boas-vindas, é a maneira como você é chamada e isto foi num crescendo e eu acho que você se sente exposto, você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira, você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu, você está à mercê disso tudo (Costa, 2014, p. 7).

A descrição da perda total de controle consegue expressar um pouco o sentimento de impotência diante da tortura e da dor, mas também ressalta novamente a especialidade de ser um corpo feminino em meio aos homens, e aqui não apenas remetendo ao abuso sexual de que fala Joffily (2010), mas também a imposição de rótulos sobre esse corpo feminino que era considerado como transgressor. Conforme Ana Maria Colling (1997), esse corpo é classificado como o de uma puta comunista, que se atreveu a adentrar no espaço público que não lhe pertencia.

Somando-se ao caráter inarrável dos acontecimentos, as reminiscências suprimidas também podem ser identificadas como uma forma de realojamento de memórias de modo a preservar a identidade (Thomson, 1997). Maria demonstrou dificuldade em mencionar o assunto desde o início de seu depoimento, esta dificuldade ficou visível pelo uso de “enfins”, da terceira pessoa, cortes na fala e momentos em que afirmou ter se esquecido: “Porque eu não consigo sequer lembrar claramente o que aconteceu nesses primeiros dias, eu não sei e nem depois, parece que é algo que eu deletei, eu quis deletar e hoje eu quero recuperar [...]” (Costa, 2014, p. 16). Ainda quando perguntada se sofreu choques nas genitais ela responde



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

que não sabe: “Não sei, se eu te falar que sim, que não, não vou estar te falando a verdade, eu não sei” (Costa, 2014, p. 28).

Maria participou de treinamento armado e “caiu” em 1969 no Rio de Janeiro enquanto se planejava para deixar o país. Quando questionada sobre mais detalhes em relação a violência sexual responde:

Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você disse, no começo, que a tortura, você viveu a tortura como um ser humano e como uma mulher, se você pudesse explicar o...se você pudesse explicar um pouco como você vivenciou isso dessas duas maneiras, é importante porque aí nós consideramos, por exemplo, como mulher e você foi vítima de violência sexual na medida em que você foi obrigada a desnudamento forçado, foi colocada numa situação de indisposição justificável e eu não sei se eles, se é o seu caso, de eles terem feito ameaças de cunho sexual, que era comum eles fazerem esse tipo de coisa.

Maria Aparecida Costa – Sim, vamos dizer assim, houve ameaças, mas eu não sofri, diretamente, nenhum tipo de estupro ou algo assim, não, isso não aconteceu, eu acho que a questão que fica é isso, o simples fato de você, nós, eu acho que a gente tem que pensar, nós éramos todas jovens, completa, sei lá, um caso assim, pressupunha, talvez, uma coisa, apesar de você ser militante, de você saber dos métodos, etc. [...] (Costa, 2014, p. 12).

Apesar de sua dificuldade em lembrar dos acontecimentos, Maria permite entrever que a violência sexual é mais abrangente do que o tipo mais comum associado a essa sevícia: o estupro. Quando indicou que todas eram jovens e, como ela ressaltou na fala anterior, foram obrigadas a ficar nuas e foram insultadas enquanto transgressoras e enquanto mulheres, ela parece chamar atenção, através das frases “o simples fato de você, nós, eu acho que a gente tem que pensar”, para o impacto da nudez forçada para ela e para as mulheres.

Esses foram alguns dos relatos de depoentes citados que denunciam a dificuldade de tratar sobre a temática. Se foi possível identificar uma dicotomia na maneira como as depoentes narravam suas histórias, coube se atentar para a situação e o momento em que essas narrativas eram construídas, não só enquanto testemunhos solicitados através de perguntas que poderiam ser diretas e invasivas, intensificando o desconforto que as memórias já poderiam causar, mas também relatos de pessoas que viveram por muito tempo em uma época em que a violência sexual era um assunto considerado do âmbito privado. Mesmo assim, essas mulheres compartilharam um pouco de suas histórias, transmitindo seus sentimentos de dor e sofrimento que podem contribuir para que situações semelhantes vivenciadas por elas não voltem a acontecer.

A violência sexual em números



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

O grupo responsável por ouvir grande parte das mulheres foi o Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero, criado pela Comissão Nacional da Verdade em 2012. As atividades de seus/as membros/as somente começaram a partir de 2013, quando ocorreu a primeira e única audiência pública realizada pelo grupo, em março daquele ano.

Segundo entrevista realizada por Franco com Raíssa Wihby, integrante do GT, a ausência de audiências públicas foi uma opção adotada devido às dificuldades para abordar o tema, principalmente em relação àquelas mulheres que nunca haviam falado publicamente. Nas palavras de Raíssa: “Elas mal conseguiam falar isso numa sala pequena com uma outra mulher. Falar isso em público pra maior parte delas era impossível. Sendo que grande parte delas era a primeira vez que falavam sobre o assunto” (Franco, 2017, p. 100).

A CNV também se valeu de formulários para o registro das graves violações de direitos humanos, sendo que um deles era destinado apenas para violência sexual e outro para o provável violador (Franco, 2017). Paula Franco levanta a hipótese de que o uso desses formulários poderia ter como finalidade formar estatísticas referentes aos tipos de violência experienciados, mas ela não se concretizou. Levando em consideração o desconforto que poderiam causar os formulários, o fato de que não foi apresentado nenhum dado estatístico no capítulo organizado pelo GT⁶ nem sobre a quantidade de pessoas ouvidas, reforça a inutilidade desses questionários e a crítica realizada por Maria Amélia de Almeida Teles, ressaltando o absurdo das perguntas diretas realizadas. Isso não significa que a existência de dados estatísticos justificaria o uso dos questionários, mas se o motivo para se utilizar de tais formulários era contabilizar os dados referentes à violência sexual, eles não cumpriram com seus objetivos.

Ao todo três depoentes afirmaram ter sofrido estupro, ou seja, violação por meio de órgão sexual, caso das depoentes Dulce Maia Souza, Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini (filha de militante) e Karen Leslie Raborg Sage (não tinha vínculo). Dulce Maia foi militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e da Vanguarda Popular Revolucionária, em seu depoimento optou por não falar sobre o tema, escolha que foi respeitada. Eugênia Zerbini é filha de Terezinha Zerbini e sofreu a violência quando foi

⁶ O capítulo organizado foi o capítulo 10: *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*.

visitar sua mãe na prisão. O caso de Karen Leslie é bastante específico, pois ela não tinha nenhum vínculo com a militância e foi presa em sua casa acusada de tráfico de drogas; mas para ela a sua prisão possivelmente estaria relacionada com a atuação de seu pai, que trabalhava em uma empresa apoiadora do regime. Além da ocorrência de choques e violências físicas, a depoente relatou o estupro.

Desse número, podem ser contabilizados mais quatro casos de parentes que relataram sobre suas mães e irmã, caso da mãe de Roberta Romaniolo de Matos, a mãe de Anita Leocádia Chamorro e a irmã de Ana de Miranda Batista, assim como o relato do caso da Madre Maurina⁷ no depoimento de Áurea Moretti Pires.

No que diz respeito às violações com objetos ou mãos os números crescem um pouco, somando-se no total seis depoentes: Ana de Miranda Batista, Ieda Akselrud Seixas, Jane de Alencar, Derly dos Santos Marluce, Maria Aparecida Serpião Teixeira e Eliete Lisboa Martella. Ainda existiram aquelas em que não foi possível definir como uma violação com partes do corpo ou objetos, como Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, Noracy Ruiz de Souza, Rosemary Nogueira e Eliete Lisboa Martella. Como por exemplo, Eliete Lisboa Martella descreveu:

Mas daí eu escutava gente gritando ali dentro, escutei e daí eu estava na parede e chegavam: ‘Tira a roupa’. Eu fiquei nua, nua, na parede e daí todos... meu ódio! Aí mexiam na vagina, mexiam no ânus, mexiam em tudo. Falavam: ‘Puta! Você é estudante de Direito da USP? Você é uma puta, você vai ver o que vai acontecer com você aqui! Sem vergonha!’. Isso, ali eu perdi a noção do tempo, ali eu perdi. Eu não sei se eu fiquei umas duas ou três horas, quatro horas, meia hora, eu não sei, foi longe esse negócio, foi longe esse negócio e ficou ali e um falava assim: ‘Ela tem doença venérea. Não vamos comer ela porque ela tem doença venérea!’, daí outro falava assim: ‘Ah, mas é muito gostosa!’ Guerra psicológica de deixar você... (Martella, 2014, p. 14).

Quando questionada sobre a introdução de objetos ou mão, ela responde: “Não, passavam a mão, davam risada. ‘Vira, vira agora o rabo pra cá!’. Passavam a mão” (Martella, 2014, p. 15). Diante de tamanha violência e dores, optou-se, assim como em outros casos anteriores, a levantar a possibilidade de uma possível violação mesmo sem indicações definitivas.

⁷ Madre Maurina foi presa em Ribeirão Preto sob suspeita de abrigar membros do grupo guerrilheiro. Áurea Moretti Pires não testemunhou o estupro, mas constatou a frequência com que visitavam a cela da irmã.

Ainda sobre os depoimentos que atestam a violação sexual, não só se identificou uma maior dificuldade em associar a violência sofrida com uma violência sexual, como também foi possível notar a mudança no significado deste tipo de violência por algumas depoentes.

Derly Marluce dos Santos, em depoimento já citado, qualificou o acontecimento como “nada de tão grave”. A princípio Ieda Akselrud Seixas também apresentou a dificuldade de associar a sevícia vivenciada com um tipo de violência sexual, e no seu caso a comparação com outros tipos de violência também esteve presente, mas percebeu a mudança do significado que havia atribuído para a experiência:

Cabe dizer que a gente não foi torturada fisicamente... Eu levei uns tapas, apanhei. Não é que isso é uma coisa também engraçada, eu sofri abuso sexual dentro do banheiro lá que todo mundo... Eu posso contar essa história que são depoimento e depoimentos (risos). Mas eu levei muito tempo pra me tocar que aquilo era um abuso sexual. Sabe por quê? Porque eu minimizava aquele episódio, porque afinal não era pau de arara, não era choque, não era cadeira do dragão. É muito louco isso (Akselrud, 2014, p. 9).

Maria Aparecida Serpião Teixeira, em depoimento citado anteriormente, também vai construindo a narrativa de forma a denunciar a violação vivida atribuindo a ela o caráter de estupro, se aproximando das definições do Código Penal, mesmo que não tenha feito essa associação desde o início. Por fim, Ana de Miranda Batista, também já apresentada, em primeiro momento também encontrou dificuldades em relatar sobre a violência sofrida.

Ainda no âmbito da violência sexual, a quantidade de mulheres que fizeram referência ao uso de choques elétricos nos órgãos genitais foram 23 depoentes. Vale ressaltar que o número pode ser maior, já que algumas mulheres optaram por não entrar em detalhes sobre as torturas e em outros depoimentos era difícil de distinguir se houve ou não a ocorrência de choques nas genitais.

Também foram identificados casos de tentativas de estupro e abuso sexual, somando-se seis nomes, sendo que os locais onde essas mulheres se encontravam eram variados.

Áurea Moretti Pires exercia militância em sua cidade natal, Ribeirão Preto, foi presa em 1967 devido à queda de alguns companheiros seus. Segundo o seu depoimento, o quartel da cidade nunca havia recebido uma mulher como presa, por isso foram realizadas muitas “brincadeiras” de cunho de gênero, “E aí este cara me agarrando e falando que era meu noivo e subindo, eu não tava subindo, eu tava sendo arrastada pela escada e aí aquele corredor

grande, cheio de policial cantando a marcha nupcial” (Pires, 2014, p. 10). Lá, ela foi obrigada a ficar nua e tomou choques nas orelhas, não se tem registros se eles também foram aplicados na vagina ou seios.

No seu relato foi possível observar duas tentativas de estupro. Ela relatou que era constantemente ameaçada “E eles queriam fazer a fila pra ter relação sexual comigo, tá, e deviam estar pensando também que podia ter mais estudante por lá, certo?” (Pires, 2014, p. 11), e de fato quando houve uma tentativa:

[...] lá no quartel de Pirassununga e eu pedi pra ir no banheiro e fui. Eu ainda não tinha tirado a roupa, mas já ia começar, o soldado, soldado mesmo, chegou assim com uma arma, com a baioneta, abriu a porta e tentou avançar em mim. Eu desandei a gritar, gritei, gritei, vieram correndo, o cara saiu assustado, viu bem? (Pires, 2014, p. 13).

A outra tentativa foi feita como denúncia em relação a outra mulher presa:

ele segurou ela de todo modo, pra ele levar ela em casa. E levou. E parou no meio do caminho, e agarrou ela pra ter relação. Mas como ele tava bastante drogado e bêbado, ela meteu o pé na porta e correu. O burro chega no quartel falando que ele tinha conseguido (Pires, 2014, p. 12).

Tânia Marins Roque militante do PCdoB, presa em 1969, contou que em determinado momento foi chamada para ir jantar na sala do comandante do 1º Distrito Naval, e nesse momento ficou com medo de ser violentada, mas não deu mais detalhes do que transcorreu na sala. Dulce Querino de Carvalho, então militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), foi presa em uma panfletagem no ano de 1970, foi interrogada, mas não violentada fisicamente. Passou por algumas detenções até chegar no Presídio Tiradentes, onde um homem que fazia as fichas dos presos retirou Dulce da cela e a levou para uma sala:

[...] aí ele falou pra mim, você tem parentes aqui em São Paulo? Com aquela voz que você fala, ah... e o teatro, sempre o teatro a me ajudar, ainda não tinha muita experiência, [...] eu falei, sim senhor, eu tenho, eu tenho tias aqui, eu tenho tia aqui em São Paulo, aí ele olhou bem pra mim e disse assim, se você me mostrar o seu peitinho eu mando avisar a sua tia.

[...]

Aí ele falou isso pra mim, eu, primeiro eu não consigo contar nunca, porque é uma sensação tão terrível, porque você tá presa, você não tem defesa nenhuma, [...] Eu não vou mesmo, eu falei pra ele, olhei bem pra ele e falei, se o senhor não me levar agora pra minha cela, eu vou começar a gritar, porque o senhor não é o responsável pela minha prisão, eu sei que não é, o senhor é o homem que faz a ficha dos dedos, eu sei muito bem, o senhor não é o cara que tá fazendo o interrogatório de nós, você não é o delegado, pode me levar de volta que eu vou começar a berrar, ele olhou pra mim e disse, ah, tudo bem sua idiota, você é uma idiota mesmo, eu só queria olhar, os outros você vai ver só e me levou pra cela, quando eu voltei pra cela eu estava, acho que lívida, as meninas, o que que foi? Aí eu contei, né? [...] Mas o medo que eu passei, então, quando eu entrei de volta eu não sabia nem direito contar, porque

eu tinha passado por, para mim, por um perigo muito grande e eu tinha sido quase estuprada e eu tinha muito, muito, muito, muito medo disso, [...] (Carvalho, 2014, p. 22-24).

Por meio de sua narração foi possível perceber o quanto a situação da prisão a tornava impotente diante da situação de possibilidade de estupro, pois Dulce enfatiza o terror que sentiu ao se ver presa em uma sala sozinha com esse agente, onde ninguém poderia ajudar ou saber sobre o que aconteceria.

Ana de Miranda Batista, já citada, estava na sala de tortura e foi acossada até a parede. Em geral, elas conseguiram evitar essas situações reagindo e gritando. Um caso bastante específico foi o de Rosalice Magaldi Fernandes, que fez o agente recuar reagindo na tentativa de deixá-lo frustrado, quase como se o desafiasse:

[...] ele foi para cima de mim e fez assim, não é isso? Eu estava dentro de uma cela que só tinha uma cama. [...] ‘Filha da puta, não sei o que, vagabunda, vadia, não sei o que.’ E veio para cima de mim, no que ele veio para cima de mim e ele veio puxando a roupa, como era um negócio de veludo cotelê, fazia assim o negócio abria, eu acabei de abrir a roupa, tive um ataque de loucura, tirei a roupa toda, abri as pernas e falei: ‘Agora eu quero ver você ficar de pau duro, seu babaca, filho da puta, o que tem a ver uma coisa com a outra, o que tem eu estar aqui e você ser um Delegado e querer me estuprar? Não é isso? Querer o que? Que eu fique pelada, então, vai, me estupra se você, bota essa merda dura aí que eu quero ver.’ O cara não ficou de pau duro coisa nenhuma, me xingou de tudo quanto é palavrão, saiu possesso e foi embora (Fernandes, 2014, p. 30).

Mas do que frustrar, Rosalice conseguiu inverter a ordem das coisas. Se os agentes tentavam violentar as mulheres como forma de humilhá-las e obter prazer sexual, se baseando no estereótipo de gênero no qual os homens seriam os responsáveis por assegurar e desfrutar do prazer durante o sexo, nessa situação a depoente afirma que ele será o gozador enquanto a mulher seria responsável por conceder. Como a responsável por conceder o gozo, a depoente passa a exercer a potência no ato sexual, característica comumente atribuída ao parceiro masculino, exercendo a função de dominadora da situação.

Em adição aos números referentes à violência sexual, devem ser contabilizados os dados a respeito de mulheres grávidas torturadas e as mulheres que tiveram abortos em decorrência da violência do Estado. Ao todo seis mulheres afirmaram ter sofrido aborto em decorrência da violência estatal.

Izabel Fávero, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palamres) foi presa no noroeste do Paraná em uma operação quase de guerra, contando com 700 homens para prender ela, seu marido e mais 6 militantes. Estando grávida de 2



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

meses, foi submetida a choques elétricos nas genitais, pontas dos dedos e atrás das orelhas, que iniciaram o processo de aborto, causando hemorragias. Helena Pignatari Werner, então professora envolvida com a pedagogia de Paulo Freire, foi presa grávida em 1964, em estágio mais avançado da gravidez. Não sofreu torturas físicas, mas devido a tensão de não entregar nenhum nome de aluno/a perdeu seu bebê. Valeska Peres Pinto foi presa duas vezes, a primeira em 1971 e a segunda em 1972, quando ocorreram as torturas mais intensas, com choques nos dedos, boca, vagina, seios e agressões físicas. Foi durante a segunda prisão que Valeska relatou sobre a perda da criança:

Então, certas decisões que eu tive na vida, de não ter filho, eu também tomei ali, porque uma das coisas mais difíceis que eu achava, assim, que poderia acontecer, que eu não sei se eu resistiria, era ver meus pais torturados ou meu filho torturado, e teve gente que teve filhos torturados, e isso deve ser uma coisa horrível. Então, foi uma decisão. Eu estava grávida quando eu fui presa, mas eu perdi o filho ali e nunca mais tive filho (Pinto, 2014, p. 21).

Essa foi a única descrição do episódio, e até esse momento no testemunho Valeska não havia informado que tinha sido presa grávida. Rose Lacreta também perdeu seu bebê durante a sua prisão no ano de 1971, ela era uma simpatizante e optou por não dar descrições dos tipos de violências. Rosa Maria Barros dos Santos era estudante de medicina e fez parte do movimento estudantil, participando de passeatas e atos contra a ditadura militar. Ela se casou com companheiro que era militante e entrou para a clandestinidade junto com ele, até que foram descobertos e presos no ano de 1971. Foi detida não sabendo que estava grávida, apesar do alerta do marido sobre essa possibilidade, Rosa permaneceu em uma cela com outra companheira que era rodeada apenas por homens e em péssimas condições. Reivindicando melhores condições carcerárias, as duas entraram em greve de fome e conseguiram transferência depois de sua companheira passar mal. Na sequência, Rosa sentiu fortes dores abdominais e deu sinais de hemorragia, para adiantar o processo deram remédio contraindicado para os casos de aborto que, caso não fosse realizado por completo, poderia levá-la à morte.

A última mulher registrada que sofreu aborto em decorrência da repressão foi Eva Teresa Skazufka. Militante da VPR, sofreu processo de aborto quando caiu de barriga enquanto fugia da cavalaria que estava reprimindo uma manifestação.

O caso de Rosalina de Santa Cruz Leite é especial. Militante da AP e da VAR-Palmares, foi presa duas vezes, sendo que na primeira prisão, em 1971, ela não sabia se

estava grávida ou não. Quando os agentes perguntaram, Rosalina indicou que existia essa possibilidade. Talvez imaginando que ela tivesse inventado essa gravidez, eles penduraram Rosalina e espancaram sua barriga, o que resultou em hemorragias. No seu depoimento, Rosalina afirma até hoje não saber se sofreu um aborto.

Além delas, outros números podem ser apresentados quanto àquelas mulheres que foram torturadas grávidas e/ou tiveram seus/as filhos/as enquanto estavam presas: Denise Peres Crespim foi torturada grávida, assim como, Criméia Schimidt e Eva Teresa Skazufka. No caso de Criméia Schmidt, ela teve seu filho ainda presa e a criança permaneceu com ela na prisão por 50 dias: “Bem, o meu filho ficou comigo assim, desses 50 dias, ele uma hora ia para amamentar, outra hora ele não ia, eles usavam meu filho para me torturar. E às vezes eles faziam ele ficar dois, três dias sem vim para mamar” (Shimidt, 2014, p. 20).

Ainda para essa contabilidade é importante somar dois casos de insinuações sexuais. O primeiro deles foi descrito pela depoente Rosa Maria Barros dos Santos durante a sua prisão no Recife, no mesmo local onde sofreu o aborto em decorrência da tensão e péssimas condições a que foi submetida: “À noite os guardas ficavam se masturbando ali na nossa frente nas grades, era uma coisa, eu me sentia uma pessoa presa numa gaiola como se tivesse num zoológico, era exatamente assim que eu me sentia” (Santos, 2014, p. 19).

Outro exemplo aconteceu com Rosalina de Santa Cruz Leite, em meio à transferência de prisões:

Aí um dia eu vi, bateu à noite na porta. E uma voz de homem disse assim: ‘tira a calcinha, põe o dedo, eu estou de pau duro’, alguma coisa assim, e foi falando e foi falando, eu comecei a gritar, a gritar, e o Geraldo estava em outro lugar, não sei como é que ele... Se ele se lembra. Em outro lugar, achando que eu estava sendo torturada, porque eu gritava sem parar. O homem foi embora e eu não parava de gritar e eu não parava de gritar, isso é uma coisa de histeria, eu sei que eu não conseguia parar (Leite, 2014, p. 38).

Também a nudez forçada era uma prática extremamente disseminada que tinha como intuito quebrar a identidade da vítima e humilhá-la. Quase 40 depoentes relataram terem sido obrigadas a ficarem nuas. A respeito das mulheres, inúmeros foram os comentários acerca de seus corpos, desde “gostosas”, “putas” e “Miss Brasil”, caso específico de Rosemary Nogueira. Rosalina de Santa Cruz Leite denunciou de forma direta:

Aí você chega lá e o cara te bate a mão na cara, te enfia um choque na vagina, te põe nua para desfilar em um corredor polonês cheio de homem gritando com você: ‘olha o peito dela, olha a cara, olha a bunda! Que bunda é essa, é tábuia’! Você não sabe o que fazer, se (ininteligível 1:34:16) aqui, se... Onde é que você fez, se você...

Então eu acho que essa tortura também tem uma coisa de classe social muito grande, muito forte para determinadas... (Leite, 2014, p. 35).

Conforme Colling (1997), a repressão sabia que nudez era um ponto nevrálgico da mulher, já que “[...] a mulher foi educada para ser recatada, sóbria, defendendo seu corpo de olhares estranhos, olhares que poderiam ser de cobiça ou desejo” (Colling, 1997, p. 90).

Outra violência muito recorrente acontecia com mães militantes políticas, por meio de ameaças aos/as seus/as filhos/as. Algumas foram presas com seus/as filhos/as; outras somente tomavam conhecimento da situação delas/as algum tempo depois do momento da prisão. No total 18 militantes afirmaram ser separadas dos/as filhos/as em razão da prisão ou foram presas com as crianças. Exemplo do último aconteceu com a depoente Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. Militante da AP, inclusive tendo participado de sua fundação, Maria Auxiliadora se casou com Aldo Arantes, então presidente da UNE.

Em 1964, foram compelidos ao exílio, onde tiveram dois filhos, retornaram ao Brasil em 1967 e, sob a orientação da organização, se deslocaram para o campo, destino descoberto pela repressão. Como viviam em dois casais, Maria foi presa junto com outra mãe militante e os/as filhos/as de ambas também foram levados/as. Elas ficaram quatro meses e meio detidas com as crianças, deslocando-se entre as dependências estatais até o julgamento na Auditoria. Um detalhe importante, não existiam registros das prisões de seus/as filhos/as; assim, caso eles/as desaparecessem não haveria como provar sua detenção nas dependências do Estado. Esse fato se torna ainda mais importante, devido a uma “proposta” feita por um oficial do dia para Maria Auxiliadora, na escola da marinha de Maceió:

‘Então, é o seguinte, que futuro a senhora pode dar para o seu filho? E, eu falei com a minha esposa, nós não temos filhos. Então, eu disse a ela que a senhora tem um menino aqui, a gente poderia criá-lo. Eu queria saber se a senhora não me dá o seu filho.’ Bem, essa pergunta, ela caiu, assim, como uma bomba, na minha... Como se fosse, assim, um bólido. Eu não consegui, acho que consegui responder nada. Mas, eu tive uma sensação, assim, de que um buraco se instalou na... Aí, eu tomei a consciência de onde eu estava (Arantes, 2014, p. 29).

O medo de perder o filho ou a filha, quer seja para um juizado de menor ou mesmo de sumirem com a criança, era muito intenso para essas mães. Muitas indicaram que a maior tortura que sofreram, mais do que a violência física, era se encontrarem separadas dos/as filhos/as e não terem notícias sobre eles/as.

Esses foram alguns dados levantados referentes à violência sexual em meio às 116 transcrições de depoimentos de mulheres. Apesar de os números não serem apresentados no



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

capítulo relativo à violência sexual, alguns trechos dos depoimentos foram utilizados no Relatório Final da CNV para exemplificar o sofrimento vivenciado. Mesmo assim, se o objetivo era proporcionar relatos que denunciassem as graves violações de direitos humanos, talvez somente guiá-las para que se apropriassem do espaço para falarem sobre suas vivências já seria suficiente para cumprir com essa finalidade. Vale ressaltar que quando a depoente optava por permanecer em silêncio a sua escolha era respeitada, mas escolher se silenciar sobre o assunto salienta a sensibilidade do tema que poderia ter sido solicitado de outra forma.

Considerações Finais

Para Silvia Salvatici (2005, p. 35) divulgar testemunhos de mulheres não tem por finalidade expressar que elas tiveram um sofrimento maior, mas para “[...] relatar suas experiências, percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica”. Segundo a autora, a História Oral de mulheres traz a urgência do “processo de democratização da memória”, chamando a atenção para a necessidade da efetivação de um discurso público que consiga acolher narrativas diversas, onde essas não só possam ser reconhecidas publicamente, mas também pelas pessoas que as expressam. Por isso, Salvatici acredita que uma das contribuições mais relevantes da escuta de mulheres seria o desafio e crítica à universalidade abstrata e neutra que se tende por identificar o ser humano.

Assim, diante dos testemunhos apresentados é possível compreender que a violência da repressão não atingiu o “ser humano” neutro, mas corpos sexuados e identificados segundo padrões de gênero construídos. Nesse sentido, o corpo feminino além de ser rotulado como transgressor por se encontrar em um espaço que não o pertencia (o espaço público), foi utilizado como campo de batalha e fonte de prazer pelos agentes do Estado. Ao mesmo tempo, para as vítimas predominou o inarrável da experiência vivida e uma contradição na qual a violência sexual, quer seja violação, insinuação ou abuso sexual, tende a ser uma dor sentida e expressada, mas não reconhecida por algumas dessas mulheres. Uma dor que fica limitada ao campo privado, para o qual ela permaneceu relegada por muito tempo, o que não deixa de lembrar a continuidade desse tipo de violência em larga escala disseminada na sociedade brasileira.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

Referências

Assumpção, San Romanelli. Comissão Nacional da Verdade: modo de usar. **Insight Inteligência**, nº. 69, p.116-129, 2015.

Colling, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** (volume I). Brasília: CNV, 2014.

Contreiras, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

Contreiras, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Costa, Albertina de Oliveira. Memórias do cárcere de uma feminista ex post. In: Pedro, Joana Maria & Wolff, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 276- 283.

Elmir, Cláudio Pereira. A palavra como um bisturi. In: Pedro, Joana Maria & Wolff, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 119- 107.

Franco, Paula. **A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015)**. Dissertação (Mestrado História e Educação), Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017.

Jelin, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, v. 48, n. 3, p. 555-569, 2011.

Jelin, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 117-149, 1994.

Joffily, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural**, n. 21, p. 78-88, 2009.

Jofilly, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v.2, n.1, p. 111-135, 2010.

Nunes, Sílvia Regina. Violência sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil: o testemunho e a negação. In: Zoppi Fontana, Mônica G. & Ferrari, Ana Josefina



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

(Orgs.). **Mulheres em discurso:** gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes Editores, v. 1, p. 1-15, 2017.

Rosa, Susel Oliveira da. ‘Subterâneos da liberdade’: mulheres, militância e clandestinidade. **Labrys**. v. 15- 16, p. 10-50, 2009.

Salvatici, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29- 42, 2005.

Soihet, Raquel. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: Pedro, Joana Maria & Wolff, Cristina Scheibe (Orgas.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 208- 224.

Thomson, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História (Puc/SP)**, n. 15, p. 51-84, 1997.

Fontes

Almeida, Criméia Schmidt de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Arantes, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Batista, Ana de Miranda. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 14 dez. 2023.

Carvalho, Dulce Querino de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 13 dez. 2023.

Costa, Maria Aparecida. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 12 dez. 2023.

Estevão, Ana Maria Ramos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 12 dez. 2023.

Fernandes, Rosalice Magaldi. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 14 dez. 2023.

Leite, Rosalina de Santa Cruz. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Martella, Eliete Lisboa. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 14 dez. 2023.



Nicole Maria Pinto

Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade

Miyaki, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 12 dez. 2023.

Miyaki, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Pinto, Valeska Peres. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Pires, Áurea Moretti. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 13 dez. 2023.

Santos, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 13 dez. 2023.

Santos, Rosa Maria Barros dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Seixas, Ieda Akselrud. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 13 dez. 2023.

Solitrenick, Regina Elza. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 13 dez. 2023.

Teixeira, Maria Aparecida Serpião. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida à] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [CNV](#). Acesso em: 15 dez. 2023.

Submetido em: 28 de outubro de 2024

Avaliado em: 22 de novembro de 2024

Aceito em: 02 de janeiro de 2025